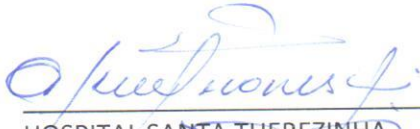



BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		
	2018	2017
ATIVO	4.069.078,07	3.887.400,82
Circulante	1.574.928,53	1.473.685,22
Caixa e Equivalentes de Caixa	967.551,52	897.239,30
Caixa	409,41	2.002,38
Banco C/Movimento – Recursos sem Restrição	88.759,45	60.651,40
Banco C/Movimento – Recursos com Restrição	-	1,50
Aplicações Financeiras – Recursos sem Restrição	471.219,79	175.637,87
Aplicações Financeiras – Recursos com Restrição	407.162,87	658.946,15
Créditos a Receber	196.506,05	311.598,02
Faturas de convênios a receber	152.646,64	185.782,37
Atendimentos Realizados	12.654,62	107.303,20
Adiantamentos a Empregados	10.129,12	1.999,40
Outros créditos a receber	14.036,05	13.372,94
Adiantamentos a Fornecedores	5.864,51	1.965,00
Depósitos e Cauções	1.175,11	1.175,11
Estoques	410.870,96	264.847,90
Medicamentos e material de consumo em geral	410.870,96	264.847,90
Não circulante	2.494.149,54	2.413.715,60
Realizável a Longo Prazo	-	-
Valores a Receber	-	-
Investimentos	-	-
Investimentos Permanentes	-	-
Imobilizado	2.494.149,54	2.413.715,60
Bens sem Restrição	2.494.149,54	2.413.715,60
Terrenos, Edifícios e construções	1.311.781,25	1.095.345,80
Equipamentos, Móveis e Utensílios	2.535.614,70	2.512.341,91
Outras Imobilizações	58.108,65	58.108,65
(-) Depreciação Acumulada imobilizações	(1.411.355,06)	(1.252.080,76)
Bens com Restrição	-	-
Bens com Restrição	-	-
(-) Depreciação Acumulada imobilizações	-	-
Intangível	-	-
Direitos de Uso de Softwares	-	-
Direitos de Autor e de Marcas	-	-
(-) Amortização Acumulada	-	-

Brotas – SP, 31 de dezembro de 2018.

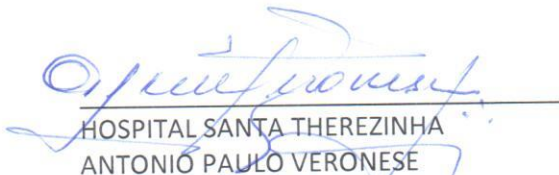

HOSPITAL SANTA THEREZINHA
ANTONIO PAULO VERONESE
PROVEDOR

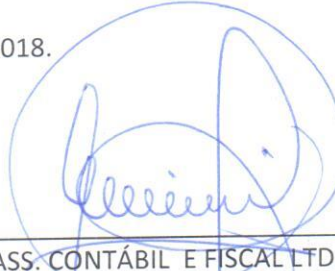

LUCATO ASS. CONTÁBIL E FISCAL LTDA
MARCO ANTONIO LUCATO
CONTADOR. 1SP186.590/0-8

MARCO ANTONIO LUCATO
AVENIDA GUARANI, 09 - VILA CORADI
DOIS CÔRREGOS / SP - CEP 17300-000
FONE (14) 3652-9400
CONTADOR CRC 1SP186590/0-8 CPF 09252115838

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		
	2018	2017
PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.069.078,07	3.887.400,82
Circulante	1.119.276,37	1.381.683,20
Fornecedores de bens e serviços	121.364,58	130.105,57
Obrigações com Empregados	465.050,20	435.513,18
Obrigações Tributárias	275.680,84	302.191,43
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	157.350,00	158.010,11
Recursos de Projetos em Execução	-	-
Recursos de Convênios em Execução	-	594,00
Subvenções e Assistências Governamentais a Realizar	99.830,75	355.268,91
Não circulante	26.000,00	182.000,00
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	26.000,00	182.000,00
Recursos de Projetos em Execução	-	-
Recursos de Convênios em Execução	-	-
Subvenções e Assistências Governamentais a Realizar	-	-
PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO	2.923.801,70	2.323.717,62
Patrimônio Social	2.323.717,62	2.371.747,65
Superávit ou Déficit Acumulado	-	-
Subvenções Patrimoniais do Governo Estadual	155.872,56	-
Superávit do Exercício	444.211,52	(48.030,03)

Brotas – SP, 31 de dezembro de 2018.

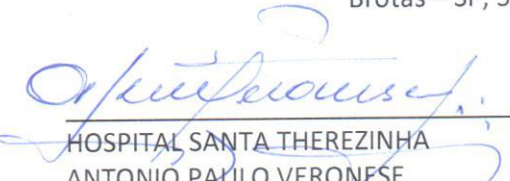

HOSPITAL SANTA THEREZINHA
ANTONIO PAULO VERONESE
PROVEDOR

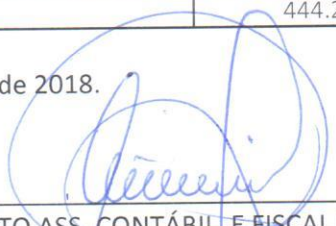

LUCATO ASS. CONTÁBIL E FISCAL LTDA
MARCO ANTONIO LUCATO
CONTADOR. 1SP186.590/0-8

MARCO ANTONIO LUCATO
AVENIDA GUARANI, 09 - VILA CORADI
DOIS CÔRREGOS / SP - CEP 17300-000
FONE (14) 3652-9400
CONTADOR CRC 1SP186590/0-8 CPF 09252115838

I. DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		
	2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS	12.230.399,36	10.750.445,18
Com Restrição	10.284.745,35	9.382.199,71
Programa (Atividades) de Saúde	9.064.511,66	7.458.616,62
Outros Programas (Atividades) Subvenção do Governo Municipal	423.909,67	1.134.908,00
Benefício Fiscal Isenção Quota Patronal INSS	796.324,02	788.675,09
Trabalho Voluntário	-	-
Rendimentos Financeiros	-	-
Sem Restrição	1.945.654,01	1.368.245,47
Receitas de Serviços Prestados	1.511.494,07	1.056.548,73
Contribuições e Doações voluntárias	60.218,04	32.991,79
Ganhos na Venda de Bens	-	-
Rendimentos Financeiros	33.248,98	34.051,47
Outros Recursos Recebidos	340.692,92	244.653,48
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	6.321.392,18	5.287.794,20
Com Programas (Atividades)	6.321.392,18	5.287.794,20
Saúde	5.941.363,45	4.868.829,77
Gratuidades Concedidas	380.028,73	418.964,43
RESULTADO BRUTO	5.909.007,18	5.462.650,98
DESPESAS OPERACIONAIS	5.464.795,66	5.510.681,01
Administrativas	5.464.795,66	4.832.300,30
Salários e Encargos	3.348.988,59	3.309.885,47
INSS Quota Patronal	796.324,02	788.675,09
Outras Despesas com Pessoal	137.842,57	178.072,31
Impostos e Taxas	40.157,74	10.836,77
Aluguel de Equipamentos	12.113,98	11.793,44
Serviços Gerais	168.930,02	274.546,65
Manutenção	192.457,02	65.508,07
Depreciação e Amortização	164.541,77	180.976,15
Perdas Diversas	10.017,14	12.006,35
Outras despesas operacionais	466.990,22	678.380,71
Despesas financeiras	126.432,59	-
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS (LÍQUIDO)	-	-
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO	444.211,52	(48.030,03)

Brotas – SP, 31 de dezembro de 2018.


HOSPITAL SANTA THEREZINHA
ANTONIO PAULO VERONESE
PROVEDOR


LUCATO ASS. CONTÁBIL E FISCAL LTDA
MARCO ANTONIO LUCATO
CONTADOR, 1SP186.590/0-8

MARCO ANTONIO LUCATO
AVENIDA GUARANI, 09 - VILA CORADI
DOIS CórREGOS / SP - CEP 17300-000
FONE (14) 3652-9400
CONTADOR CRC 1SP186590/0-8 CPF 09252115838

I. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Em 31/12/2018				
	Patrimônio Social	Subvenção Patrimonial	Superávit / Déficit	Total do Patrimônio Social
Saldos iniciais em 31.12.2018	2.371.747,65	-	(48.030,03)	2.323.717,62
Movimentação do Período				
Superávit / Déficit do Período			444.211,52	444.211,52
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-		-
Subvenção Governo Estadual		155.872,56	-	155.872,56
Transferência de Superávit de Recursos sem Restrição	(48.030,03)		48.030,03	-
Saldos finais em 31/12/2018	2.323.717,62	155.872,56	444.211,52	2.923.801,70

Brotas – SP, 31 de dezembro de 2018.



HOSPITAL SANTA THEREZINHA
ANTONIO PAULO VERONESE
PROVEDOR

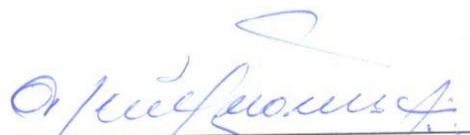


LUCATO ASS. CONTÁBIL E FISCAL LTDA
MARCO ANTONIO LUCATO
CONTADOR. 1SP186.590/0-8

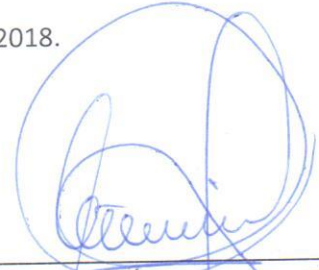
MARCO ANTONIO LUCATO
AVENIDA GUARANI, 09 - VILA CORADI
DOIS CÔRREGOS / SP - CEP 17300-000
FONE (14) 3652-9400
CONTADOR CRC 1SP186590/0-8 CPF 09252115838

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA 31/12/2018 (INDIRETO)			
1. Método Indireto	2018		2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Superávit (Déficit) do Período	444.211,52		(48.030,03)
Ajustes por:			
(+) Depreciação	164.541,77		180.976,15
(-) Ganho na Venda de Bens do Imobilizado	7.786,63		-
Superávit (Déficit) Ajustado		616.539,92	132.946,12
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes			
Faturas de convênios a receber	33.135,73		(29.383,64)
Atendimentos Realizados	94.648,58		24.704,36
Adiantamentos a Empregados	(8.129,72)		(846,77)
Outros créditos a receber	(663,11)		8.084,42
Tributos a recuperar	-		-
Adiantamentos a Fornecedores	(3.899,51)		(1.965,00)
Depósitos e Cauções	-		-
Estoques	(146.023,06)	(30.931,09)	92.281,81
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes			
Fornecedores de bens e serviços	(8.740,99)		(85.185,09)
Obrigações com Empregados	29.537,02		58.366,85
Obrigações Tributárias	(26.510,59)		(110.814,83)
Recursos de Convênios em Execução	(594,00)		594,00
Subvenções e Assistências Governamentais	(255.438,16)		128.392,60
Outras Obrigações a Pagar	-	(261.746,72)	-
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais		323.862,11	217.174,83
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Recursos Recebidos pela Venda de Bens	-		-
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados	-		186.311,18
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	(252.762,34)		(181.544,38)
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento		(252.762,34)	4.766,80
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamento de Empréstimos Curto Prazo	(660,11)		(27.188,18)
Outros Recebimentos por Financiamentos	-		-
Pagamentos de Empréstimos Longo Prazo	(156.000,00)		(156.000,00)
Subvenção Patrimonial Governo Estadual	155.872,56		-
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento		(787,55)	(183.188,18)
(=) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		70.312,22	38.753,45
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		897.239,30	858.485,85
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		967.551,52	897.239,30

Brotas – SP, 31 de dezembro de 2018.



HOSPITAL SANTA THEREZINHA
ANTONIO PAULO VERONESE
PROVEDOR



LUCATO ASS. CONTÁBIL E FISCAL LTDA
MARCO ANTONIO LUCATO
CONTADOR. 1SP186.590/0-8

MARCO ANTONIO LUCATO
AVENIDA GUARANI, 09 - VILA CORADI
DOIS CÔRREGOS / SP - CEP 17300-000
FONE (14) 3652-9400
CONTADOR CRC 1SP186590/0-8 CPF 09252115838

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2018**I – CONTEXTO OPERACIONAL**

NOTA 01 – HOSPITAL SANTA THEREZINHA, pessoa jurídica de direito privado, é uma associação civil destinada à prática da beneficência e caridade, reconhecida como Entidade de Fins Filantrópicos pelo Conselho Nacional de Assistência Social desde 04.09.1957 ininterruptamente. Tem, também, o reconhecimento de Utilidade Pública pelos Poderes Públicos Municipal, Estadual e Federal, e se rege pelo Estatuto Social e pela legislação aplicável;

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na preparação de suas demonstrações contábeis, o **HOSPITAL SANTA THEREZINHA**, adotou as práticas contábeis adotadas no Brasil e atendendo as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1.409/2012 que aprovou a NBC TG 2002 (R1) Entidades sem finalidades de lucros, e ainda, Pronunciamento Técnico CPC-PME emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aplicáveis para pequenas e médias empresas, o qual, juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados práticas contábeis adotadas no Brasil e a Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 relativas a entidade sem fins lucrativos.

O sumário das práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações contábeis é o seguinte:

- a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos, e possuem vencimentos inferiores a 30 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- b) **Direitos a receber:** Os direitos relativos aos títulos a receber referem-se a convênios por atendimentos ao Sistema Único de Saúde – SUS, a convênios celebrados com Entidades Privadas, a prestação de serviços médicos e hospitalares. As outras contas a receber são representadas por direitos de crédito junto a terceiros, válidos e realizáveis no próximo exercício.
- c) **Estoques:** Os estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição, e não excede aos valores de mercado.
- d) **Atualização monetária de direitos e obrigações:** os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até as datas dos balanços, bem como os ativos e passivos. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no déficit dos exercícios.
- e) **Investimentos:** estão registrados ao custo histórico. Não há análise quanto ao eventual ajuste a valor de mercado dos investimentos, devido às peculiaridades que os envolvem. O ganho ou a perda na alienação dos investimentos são registrados como receitas ou despesas quando da realização dos mesmos junto a terceiros.
- f) **Imobilizado:** registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é contabilizada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens e

com base nas taxas de depreciação. Quando aplicável é efetuada provisão para redução ao valor de realização.

- g) **Uso de estimativas:** a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da gerência do **HOSPITAL SANTA THEREZINHA** o uso de estimativas e pressuposições para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados efetivos dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro de depreciação.
- h) **Apuração do Superávit:** A apuração do superávit é feita segundo o regime de competência, exceto as receitas decorrentes de doações e contribuições, que são reconhecidas quando efetivamente recebidas.
- i) **Subvenções Governamentais:** O recebimento efetivo das subvenções governamentais é contabilizado em conta do passivo circulante, e as receitas de subvenção são reconhecidas no momento da realização dos projetos que estejam a elas vinculadas, cuja validação ocorre após a prestação de contas ao órgão público.
- j) **As obrigações:** estão registradas pelo valor atualizado até a data do encerramento do balanço e segregadas por natureza e grau de exigibilidade;
- k) **As provisões trabalhistas:** são realizadas em conformidade com a proporcionalidade dos direitos de férias dos trabalhadores e estão acrescidas dos respectivos encargos sociais.

NOTA 3 – A entidade possui a responsabilidade de prestação de contas pelos recursos e subvenções recebidos em 2012 e ainda não aprovadas pelos órgãos oficiais responsáveis no valor de R\$-1.512.657,00 (Um milhão, quinhentos e doze mil, seiscentos e cinquenta e sete reais), remanescendo um saldo de R\$ 99.830,75 (noventa e nove mil oitocentos e trinta reais e setenta e cinco centavos) em 31/12/2018.

II - CONTEXTO FISCAL – IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

NOTA 4) COTA PATRONAL

De acordo com a Lei no. 12.101/09 de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social, as isenções usufruídas no corrente ano estão registradas no grupo de receitas e despesas sob o título de “Cota patronal- INSS”, no valor de R\$ 796.324,02 (setecentos e noventa e seis mil trezentos e vinte e quatro reais e dois centavos).

NOTA 5) - GRATUIDADE

Considerando a promulgação da Lei 12.101 em 27 de novembro de 2009 que dispõe sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social, para fazer jus ao Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), a entidade de assistência social deve oferecer suas ações de forma gratuita, continuada e planejada e manter escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

Ainda, de acordo com o Decreto 7.237 de 20 de julho de 2010 que regulamenta a Lei nº 12.101, as ações das entidades beneficentes de Assistência Social poderão ser executadas por meio de parcerias com entidades privadas, sem fins lucrativos, que atuem nas áreas da Assistência Social e/ou Educação e/ou Saúde firmadas mediante ajustes ou instrumentos de colaboração.

O HOSPITAL SANTA THEREZINHA assina anualmente com as entidades Convênios de Cooperação que estabelecem as responsabilidades e obrigações das partes, bem como valores dos recursos financeiros para o custeio das operações necessárias à realização de sua missão estatutária.

Os recursos próprios e públicos para a prestação de serviços, assessorias, programas executados e cooperação financeira foram empregados conforme segue:

RECEITAS PÚBLICAS	2018	2017
Prestação de serviços AIH/SUS-Internados	376.985,54	437.703,86
Prestação de serviços SIA/SUS-Ambulatório	605.598,86	626.117,06
Receitas Integrasus	20.153,40	10.076,70
Receitas Incentivo Cirurgia Eletiva	0	0
Prestação de serviços Pronto Socorro-PMB	8.061.773,86	5.626.479,00
Receita PMB – Cirurgias	212.750,00	0
Receita PMB – Escala Disponibilidade	151.648,00	758.240,00
Subvenção Federal	112.667,34	0
Subvenção Estadual	75.000,00	0
Subvenção municipal	236.242,23	1.134.908,00
(-) Glosas de AIH SUS	(380.028,73)	(340.579,85)
Total das receitas públicas	9.472.790,50	8.252.944,77

NOTA 6) – A entidade procedeu a atendimentos a pacientes do SUS – Sistema Único de Saúde, que representou 96,26% do total de atendimentos, conforme representado no quadro abaixo:

DEMONSTRATIVO DEMONSTRATIVO DE SERVIÇOS PRESTADOS – CEBAS-SAÚDE – ANO 2018

POR PACIENTE-DIA		
INTERNAÇÃO		
SUS – Paciente/dia	3.226	86,26%
NÃO SUS – Paciente/dia	514	13,74%
Total	3.740	100,00%

AMBULATÓRIO		
SUS	125.286	82,98%
NÃO SUS	25.705	17,02%
TOTAL	150.991	100,00%

PERCENTUAL FILANTROPIA	
INTERNAÇÃO	96,26%
AMBULATORIAL	10,00%
TOTAL	96,26%

III – CONTEXTO DE RISCOS

NOTA 7) – RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS.

O HOSPITAL SANTA THEREZINHA é parte em processos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores legais, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer

outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas e, por este motivo, não foram constituídas provisões sobre as mesmas.

Não há perdas possíveis decorrentes de reclamações trabalhistas, cíveis e fiscais relacionadas em 31 de dezembro de 2018.

IV – CONTEXTO FINANCEIRO

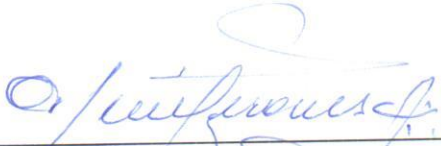
NOTA 7) – A entidade manteve os serviços contratados pela Prefeitura Municipal de Brotas através do convenio.

NOTA 8) SITUAÇÃO FINANCEIRA

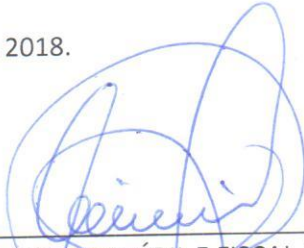
No quadro a seguir observa-se os saldos ao fim dos exercícios de 2018 e 2017, sendo que a entidade teve um aumento líquido de caixa no valor de R\$ **70.312,22** (setenta mil trezentos e dois reais e vinte e dois centavos).

CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA	2018	2017
Caixa	409,41	2.002,38
Banco Conta Movimento Sem restrição	88.759,45	60.651,40
Banco Conta Movimento Com restrição	-	1,50
Aplicações financeiras curto prazo sem restrição	471.219,79	175.637,87
Aplicações financeiras curto prazo com restrição	407.162,87	658.946,15
Total	967.551,52	897.239,30

Brotas – SP, 31 de dezembro de 2018.



HOSPITAL SANTA THEREZINHA
ANTONIO PAULO VERONESE
PROVEDOR



LUCATO ASS. CONTÁBIL E FISCAL LTDA
MARCO ANTONIO LUCATO
CONTADOR. 1SP186.590/0-8

MARCO ANTONIO LUCATO
AVENIDA GUARANI, 09 - VILA CORADI
DOIS CÔRREGOS / SP - CEP 17300-000
FONE (14) 3652-9400
CONTADOR CRC 1SP186590/Q-8 CPF 00252115838

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os integrantes do conselho Deliberativo e Fiscal do Hospital Santa Therezinha abaixo assinados, declaram que procederam à conferência e exame da contabilidade e respectivas Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Superávit/Déficit do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, a Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC e as Notas Explicativas da entidade referente ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2018, e dão parecer que a mesma seja aprovada pela Assembleia Geral.

Brotas, 25 de março de 2019



MAURICIO MORENO



NEWTON BOECHAT



JOSE RAMIRO CANTADOR



DINIL DA COSTA NEVES
Contador CRC 1R0002132/O-7 "T-SP"
Auditor Independente – CNAI: 5934
Perito Contador – CNPC: 4507
Perito Administrador – CRA-SP 106.380

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Ilmos. Senhores
Provedor e Administradores da:

HOSPITAL SANTA THEREZINHA
CNPJ: 45.775.608/0001-26
Av. Rui Barbosa nº 703 – Centro
CEP: 17380-000 – BROTAS - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da HOSPITAL SANTA THEREZINHA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e a respectiva demonstração do déficit, demonstração das mutações patrimoniais e a demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis da entidade acima referidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Resolução do CFC nº 1.409/2012 de 21 dezembro 2012, que aprova a ITG 2002 Entidades Sem Finalidade de Lucros, Art. 15º da Lei 9.532/97 na Jurisdição Federal, Bauru - SP, Lei 12.101/09 de 27 de novembro de 2009.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



DINIL DA COSTA NEVES

Contador CRC 1R0002132/O-7 “T-SP”

Auditor Independente – CNAI: 5934

Perito Contador – CNPC: 4507

Perito Administrador – CRA-SP 106.380

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com a base contábil fiscal na Jurisdição Federal, Jaú - SP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



DINIL DA COSTA NEVES

Contador CRC 1RO002132/O-7 "T-SP"

Auditor Independente – CNAI: 5934

Perito Contador – CNPC: 4507

Perito Administrador – CRA-SP 106.380

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela administração.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Bauru – SP, 21 de março de 2019

DINIL DA COSTA NEVES
CONTADOR
CRC 1RO 002132/O-7 "T-SP"